



**OBSERVATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
BANCO DE DADOS REGIONAL
VALE DO RIO PARDO**

Eixo temático: Meio Ambiente

O eixo temático Meio Ambiente do Banco de Dados Regional reúne dados estatísticos e descritivos relativos as principais variáveis ambientais do desenvolvimento regional no Vale do Rio Pardo, a saber:

- Planilha – Desastres naturais
- Planilha – Municípios e Áreas Com Mata Atlântica Tombada
- Planilha – Relação dos municípios do Vale do Rio Pardo, área e percentuais que pertencem as bacias hidrográficas.
- Planilha – Reservas de Recursos Minerais na Região do Vale do Rio Pardo.
- Mapa – Mata atlântica tombada
- Mapa – Minas
- Mapa – Relevo
- Mapa – Solos
- Mapa – Mapa das Bacias Hidrográficas e COREDE do Vale do Rio Pardo
- Mapa - Limites do Bioma Pampa.

Os dados secundários aqui reunidos, referente à dimensão ambiental dos municípios que integram a região do Vale do Rio Pardo, foram obtidos através dos Comitês de Bacias do Rio Grande do Sul, Plano Estadual de Recursos Hídricos, Ministério do Meio Ambiente - MMA, Instituto do Patrimônio Histórico do Estado – IPHAE, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Casa de Cultura de Sobradinho, RS Biodiversidade, CPRM/SGB, Anuário Mineral Brasileiro, e Sistema Integrado de Informações sobre Desastres da Secretaria Nacional de Defesa Civil - S2ID.



A organização dos dados contempla o conjunto de planilhas e mapas temáticos, de modo a proporcionar ao público distintas formas de apresentação dos dados relativos a essa temática.

AMBIENTE

Por ambiente entende-se o “conjunto de condições que envolvem e sustentam os seres vivos na biosfera, como um todo ou em parte desta, abrangendo elementos do clima, solo, água e de organismos” (ART, 2001). O conceito também se relaciona com a Lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente. A legislação define meio ambiente como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” e também como “patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo” (BRASIL, 1981).

Embora esses conceitos digam respeito ao ambiente natural, o qual foi utilizado nesse trabalho, não se pode deixar de registrar a existência de outras conceituações mais amplas como a de Leff (2005), o qual lhe dá um novo sentido definido o ambiente como uma “visão das relações complexas e sinérgicas gerada pela articulação dos processos de ordem física, biológica, termodinâmica, econômica, política e cultural”.

Já quanto aos condicionantes ambientais, os mesmos se referem às variáveis de aspectos de hidrografias e áreas de preservação permanente (APPs), relevo, vegetação, questões geológicas, mapas de risco, referentes à mata atlântica, riquezas minerais, parques e reservas particular do patrimônio natural (RPPNs) e declividades. Como base para este, as respectivas conceituações em ordem alfabética são apresentadas:



ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP):

Área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (BRASIL, 2012);

BIOMA

Conjunto de vida (vegetal e animal) definida pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e identificáveis em escala regional, com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, resultando em uma diversidade biológica própria (IBGE, 2004).

BIOMA MATA ATLÂNTICA:

Um dos seis biomas continentais brasileiros, considerado patrimônio nacional e composto por formações florestais e ecossistemas associados; definido pela vegetação florestal e relevo diversificado, abrange toda a faixa continental atlântica leste e se estende para o interior do sudeste e sul do país.

BIOMA PAMPA:

Um dos seis biomas continentais brasileiros é também conhecido como Campos do Sul ou Campos Sulinos, ocupa uma área de 176,5 mil Km² (cerca de 2% do território nacional) e é constituído principalmente por vegetação campestre (gramíneas, herbáceas e algumas árvores). No Brasil, o Pampa está presente do estado do Rio Grande do Sul, ocupando 63% do território gaúcho e também territórios da Argentina e Uruguai. (IBF, s.d.)

DESASTRES NATURAIS:

São os resultados dos impactos gerados por um fenômeno natural extremo ou intenso sobre um sistema social, e que causa sérios danos e prejuízos que excedam a capacidade dos afetados em conviver com o impacto (SAITO, 2008).



PARQUE E RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL (RPPN):

Áreas especiais, com objetivo de conservar e preservar a diversidade biológica ou de monumentos culturais e comunidades indígenas ou quilombolas, são legalmente subordinadas a um órgão público (parque) ou privado (RPPN);

RISCO:

É a probabilidade de ocorrer consequências danosas ou perdas esperadas (mortos, feridos, edificações destruídas e danificadas, etc.), como resultado de interações entre um perigo natural e as condições de vulnerabilidade local (UNDP, 2004, apud SAITO, 2008).

Referências:

ANUÁRIO MINERAL BRASILEIRO. v. 35. Brasília: D.N.P.M. – Departamento Nacional de Produção Mineral, 2010.

ART, Henry W. DICIONÁRIO de Ecologia e Ciências Ambientais. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2001.

ATLAS BRASILEIRO DE DESASTRES NATURAIS 1991 a 2010: volume Brasil/Centro Universitário de Estudos e Pesquisas em Desastres. Florianópolis: CEPED UFSC, 2012.

BRASIL. Lei n.º 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis n.ºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis n.ºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória n.º 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12651compilado.htm> Acesso em março 2017.

CASA DA CULTURA DE SOBRADINHO. Disponível em: <http://casadacultura-sobradinho-rs.blogspot.com.br/> Acesso em maio 2016.

CÓDIGO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE. Lei n. 11.520/2000. Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2000.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO ALTO-JACUÍ. Disponível em: <http://www.coaju.com.br/>. Acesso em março 2016.



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO BAIXO-JACUÍ. Disponível em: http://www.sema.rs.gov.br/conteudo.asp?cod_menu=56&cod_conteudo=6239. Acesso em março 2016.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO CAMAQUÃ. Disponível em: <http://www.comitecamaqua.com/>. Acesso em março 2016.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO PARDO. Disponível em: <http://www.comitepardo.com.br/>. Acesso em março 2016.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO TAQUARI-ANTAS. Disponível em: http://www.sema.rs.gov.br/conteudo.asp?cod_menu=56&cod_conteudo=5868. Acesso em março 2016.

CPRM/SGB. Mapas de geodiversidade estaduais - áreas de relevante interesse mineral RS, 2005. Disponível em: http://geobank.cprm.gov.br/pls/publico/geobank.documents.download?id_sessao=20141001121224&usuario=1&file=gdrs_lito.zip. Acesso em maio 2016.

DEFESA CIVIL DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <http://www.defesacivil.rs.gov.br>. Acesso em abril 2016.

ECOPLAN. Plano Estadual de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2014. Disponível em: <http://perh-rs.com.br>. Acesso março 2016.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. RS 2030 – Agenda de Desenvolvimento Territorial: Dinâmicas territoriais recentes no Estado do Rio Grande do Sul. Volume 1. Coordenação de Antonio Paulo Cargnin; Ana Maria de Aveline Bertê, Bruno de Oliveira Lemos, Suzana Beatriz de Oliveira. Porto Alegre: FEE, 2014. Disponível em: http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/12/201412092_fee-dinamicas-territoriais_site1.pdf. Acesso em março 2016.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. RS 2030 – Agenda de Desenvolvimento Territorial: Cenários RS 2030. Volume 3. Organização de Álvaro Pontes de Magalhães Júnior... [et al.]. Porto Alegre: FEE, 2014. Disponível em: http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/12/201412091_fee-tendencias-regionais_site4.pdf. Acesso em março 2016.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mapa de Biomas do Brasil e o Mapa de Vegetação do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Cartas_e_Mapas/Mapas_Murais/biomas_pdf.zip>. Acesso em: 30 mar. 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/vocabulario.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2017.



IPHAE. Instituto do Patrimônio Histórico do Estado. Bens Tombados. Disponível em: <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosAc&Clr=1>. Acesso em maio 2016.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. CNSA/SGPA. Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/sqpa/?consulta=cnsa>. Acesso em maio 2016

LEFF, Enrique. Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. 4ª Edição. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

LIMA, Taís Vargas e KLAMPT, Sérgio Célio. Pesquisa arqueológica pré-colonial no Vale do Rio Pardinho do Estado do Rio Grande do Sul. Periódicos UFPEL. Laboratório de Antropologia e Arqueologia. v. 10 n. 20. Pelotas: 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/2112> Acesso em maio 2016.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira. Brasília: 2007

MMA. Ministério do Meio Ambiente. Biomas. Disponível em: www.mma.gov.br/biomas. Acesso em junho 2016.

NOAA. National Oceanic Atmospheric Administration. Climate. Disponível em: <http://www.noaa.gov/climate> Acesso em maio 2016

PILLAR, Valério De Patta [et al.] Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília: MMA,2009.

Portal Brasil. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2009/10/biomas-brasileiros>. Acesso em junho 2016.

PROBIO, 2007. Relatório Técnico Cobertura Vegetal do bioma Pampa. Ministério do Meio Ambiente - Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Execução: Instituto de Biociências - Centro de Ecologia UFRGS e Embrapa Clima Temperado Pecuária Sul. Disponível em: http://www.ecologia.ufrgs.br/labgeo/arquivos/Publicacoes/Relatorios/Relatorio_biom_a_Pampa.pdf

S.O.S. MATA ATLÂNTICA E INPE. Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica período 2013-2014. Ano: 2015. Disponível em:

S2ID. Sistema Integrado de Informações sobre Desastres da Secretaria Nacional de Defesa Civil. Arquivo Digital. Disponível em: <http://150.162.127.14:8080/bdrd/bdrd.html>. Acesso em abril 2016.

SAITO, Sílvia. Desastres Naturais: conceitos básicos. I Escuela de Primavera sobre Soluciones Espaciales para el Manejo de Desastres Naturales y Respuestas de Emergencias Inundaciones. (2008)

<http://www.inpe.br/crs/crectalc/pdf/silvia_saito.pdf>



SEPLAN. Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. Perfil Socioeconômico do Vale do Rio Pardo. Porto Alegre: 2015. Disponível em: <http://planejamento.rs.gov.br/perfis-regionais>

SEUC. Sistema Estadual de Unidades de Conservação. Unidades de Conservação. Disponível em: http://www.sema.rs.gov.br/conteudo.asp?cod_agrupador=12. Acesso em maio 2016.

SGPA/IPHAN.

SNUC. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Unidades de Conservação. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao>. Acesso em maio 2016.

SOS MATA ATLÂNTICA. Disponível em: <https://www.sosma.org.br/nossa-causa/a-mata-atlantica/>